

Ano XXVII nº 6831 – 02 de junho de 2023

Aprovado projeto que iguala salários de homens e mulheres



O Senado aprovou nesta quinta-feira (1^º), o projeto de lei (PL) 1085/23, que garante o pagamento de salários iguais para homens e mulheres que exercem a mesma função. O texto tinha sido aprovado pela Câmara em 4 de maio. Agora segue para a sanção presidencial.

A norma valerá para todos os funcionários que trabalham no modelo de contrato CLT e estabelece mecanismos de transparência e remuneração que deverão ser seguidos pelas empresas.

“Essa é uma grande conquista na batalha por direitos iguais. No Brasil, as mulheres recebem em média 21% menos que os homens e, apesar de representarem 44% do total da força de trabalho no país, elas são a maioria entre os desempregados (55,5%)”, destacou a secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lopes.

A redação final do PL 1085/23, aprovada no Senado, é da deputada Jack Rocha (PT-ES). A iniciativa foi uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apresenta pelo governo em 8 de março, em celebração ao Dia Internacional da Mulher, dia em que o governo também oficializou o envio ao Legislativo de proposta para que o Brasil ratifique a C190.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Câmara dos Deputados, realizará no dia 15 de junho uma audiência pública sobre a ratificação da Convenção 190 (C190) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do combate à violência e ao assédio no mundo laboral.

“Adotada em 2019, essa convenção é a primeira que fornece uma definição internacional de violência e assédio no trabalho, incluindo a questão de gênero”, explicou Fernanda Lopes.

Santander apresenta à COE políticas para ampliação da diversidade

O Santander apresentou suas políticas e ações a fim de promover a diversidade no quadro funcional do banco. A exposição foi feita à Comissão de Organização dos Empregados (COE/Santander), com base no relatório de sustentabilidade de 2022 do banco, em reunião realizada na manhã da quarta-feira, 31 de maio. Dentre as medidas elencadas pelo Santander estão:

Participação das mulheres nos cargos de decisão: segundo o banco, as mulheres representam 33% do Conselho de Administração e 40% do Comitê Executivo e o incentivo à participação das mulheres em áreas estratégicas, como as vice-presidências (VP) de varejo e de finanças, e o RH.

O banco admitiu que nem sempre é cumprido o percentual previsto na Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (8.213/91) que determina a contratação de 5% de empregados com deficiência. Porém, alegou esforços a fim de melhorar este índice, inclusive por meio de programas de contratação e capacitação de PCDs em setores de tecnologia (FIRST) e na área comercial. O cumprimento desta lei não é opcional, e o movimento sindical vai cobrar para que seja respeitada.

O banco prometeu três mil bolsas de estudo no âmbito do Santander Universidade, destinadas exclusivamente a homens e mulheres negras em cursos preparatórios para certificação Anbima (CPA-10, CPA-20 e CEA) e de idiomas, dentre outros. E ainda a contratação de 205 estagiários negros, no âmbito do programa Jovens Talentos. Segundo o banco, 75% dos menores aprendizes são negros.

“O Santander avançou nos temas da diversidade dos trabalhadores, em especial na formação de lideranças femininas, porém observamos que ainda existe muito a ser feito, principalmente no que se refere a mais possibilidade de ascensão profissional aos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência e negras e negros em todos os quadros da organização, incluindo funções de liderança e cargos de diretoria”, avalia Wanessa De Queiroz, coordenadora da COE/Santander.

